

HABEAS CORPUS Nº 460.321 - TO (2018/0181001-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : JOAQUIM RIBEIRO (PRESO)
PACIENTE : FLAVIO ALVES BATISTA (PRESO)
PACIENTE : HELENA MARTINS RIBEIRO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOAQUIM RIBEIRO, FLAVIO ALVES BATISTA e HELENA MARTINS RIBEIRO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Depreende-se dos autos que os pacientes encontram-se presos preventivamente pela prática, em tese, do delito inscrito art. 121, § 2º, I, do Código Penal (e-STJ fls. 10/12).

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada em acórdão de e-STJ fls. 32/37.

No presente *writ*, sustenta a defesa inexistir motivação idônea para a segregação antecipada dos pacientes, visto que não verificada, concretamente, a presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, que seja revogada a prisão preventiva para que os pacientes respondam ao processo em liberdade.

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 53/56).

Informações prestadas às e-STJ fls. 69/70 e 74/92.

Parecer ministerial pelo não conhecimento do *habeas corpus* ou pela denegação da ordem (e-STJ fls. 94/98).

É, em síntese, o relatório.

Preliminarmente, deve-se asseverar que o *habeas corpus*, em relação ao paciente FLAVIO ALVES BATISTA, encontra-se prejudicado.

Isso porque, consoante as informações prestadas pelo Tribunal de

origem, "o Ministério Público estadual postulou a revogação de sua prisão preventiva, ante a constatação da ausência de sua participação no delito, sendo posto em liberdade em 17 de julho de 2018" (e-STJ fl. 76).

Ademais, prejudicado também se encontra o pleito de relaxamento de prisão no tocante aos pacientes JOAQUIM RIBEIRO e HELENA MARTINS RIBEIRO, pois, consoante informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de origem, nos autos da Ação Penal n. 0007647-74.2018.8.27.2722, objeto da presente impetração, constatei que em 17/12/2018 houve prolação de decisão para pronunciar os pacientes como incurso no art. 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 29, ambos do Código Penal, na forma do art. 1º, I, da Lei n. 8.072/1990, ocasião em que foi mantida a segregação cautelar dos acusados.

Na linha da orientação firmada no âmbito da Sexta Turma desta Corte, a superveniência de novo título que mantém a segregação cautelar torna prejudicado o *writ* ou recurso que se voltava contra a decisão que foi substituída.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS JULGADO PREJUDICADO. HOMICÍDIO TENTADO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO. INEXISTÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO DA CORTE ESTADUAL SOBRE A QUESTÃO.

1. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a superveniente prolação de sentença de pronúncia prejudica o exame da tese vertida no recurso em habeas corpus, acerca de eventual ausência de fundamentação idônea para a manutenção da segregação cautelar, visto que um novo título justifica a restrição à liberdade. *Precedentes.*

2. Inexistente pronunciamento do Tribunal de origem sobre a conservação da prisão provisória na sentença de pronúncia, inviável a apreciação do tema por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

3. Agravo regimental improvido. (Sexta Turma, AgRg no RHC 50.857/SP, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, j. 15/3/2016, DJe 29/3/2016)

Assim, tendo em vista essa nova realidade fático-processual, é forçoso reconhecer a perda superveniente de objeto do *writ*.

Ante o exposto, com base no art. 34, XX, do Regimento Interno desta Corte, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

